



PATRIMÔNIO HIDRÁULICO: UMA LEITURA SOBRE A CULTURA MATERIAL

TEIXEIRA, Simonne

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

simonnetex@gmail.com

RESUMO

O conceito de patrimônio hidráulico se encontra bem fundamentado em estudos realizados na Europa e outras partes do mundo. No Brasil, esta categoria de patrimônio ainda não alcançou a visibilidade necessária. Os vestígios materiais relacionados ao uso do recurso hídrico, tais como força motriz, abastecimento e irrigação, estruturas de controle e manejo destes recursos, dentre outros, não tem motivado estudos e pesquisas. Muitos destas estruturas já em desuso, se encontram completamente abandonadas e quase sempre em ruínas. Nossa pesquisa se centra principalmente nos vestígios materiais identificados em trabalho de prospecção. Sobre estas estruturas há poucas ou quase nenhuma menção nos relatos e documentos da época, o que dificulta sua contextualização histórica. Buscamos destacar a importância de se reconhecer estes vestígios, como patrimônio cultural, passível de estudo e proteção.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio hidráulico; bacia inferior do rio Paraíba do Sul; arqueologia; história.

ABSTRACT

The concept of hydraulic heritage is well reasoned in studies conducted in Europe and other parts of the world. In Brazil, this heritage cultural category is not really known and studied. The material remains related to the use of water resources, as the driving force, as supply and irrigation, as structures of control and management of these resources, among others, hasn't motivated studies and research. Many of these structures not used nowadays, are almost always completely abandoned and in ruins. Our research aims on material identified in exploration work. About these structures there is little or no mention in the reports and documents of the time, which makes it difficult to understand it in its context. We seek to understand the importance of recognizing these traces, as cultural heritage, amenable to study and protection.

KEYWORDS: hydraulic heritage; lower basin of the river Paraíba do Sul; archeology; history

INTRODUÇÃO

Este texto se relaciona à apresentação do trabalho, *Patrimônio Hidráulico: uma leitura sobre a cultura material*, durante no 3º CONINTER – Interdisciplinaridade e Movimentos Sociais, realizado entre os dias – 08 e 10 de outubro de 2014, na cidade de Salvador – Bahia, na Universidade Católica de Salvador.





Quando falamos em patrimônio cultural, independentemente de sua natureza [tangível/material ou intangível/imaterial] e independentemente de sua tipologia [histórico, artístico, cultural, paisagístico, urbano, rural, etc.], nos referimos a um conceito historicamente construído. Este conceito, inicialmente restrito a um programa nacional, em que se buscava assegurar uma herança comum a todos os cidadãos a partir da seleção de determinados símbolos, tem sido paulatinamente ampliado e, sua concepção vinculada ao nacional, tem sido superada, face às atuais demandas sociais. A emergência de grupos sociais como detentores uma identidade cultural própria, à parte à nacionalidade, impôs uma agenda mais complexa e diversificada para o patrimônio. Esta nova agenda opera em uma perspectiva mais plural, de identidades e memórias culturais, que se inserem num imenso espectro de relações e interpelações sociais, que já não cabem nos espaços demarcados com os quais nos acostumamos. O Patrimônio é cada vez mais diverso e plural.

Os processos seletivos dos bens patrimoniais costumam ter invariavelmente como referência, as identidades. Um grupo social (nacional, estadual, municipal, distrital, etc.) atribui valores (dimensão simbólica) a algum bem material ou imaterial, tornando-o um expressão de sua identidade. Não existe um valor intrínseco de identidade nos bens patrimoniais, senão por meio daquilo que lhe é conferido socialmente.

No Brasil em especial, a partir de meados dos anos 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais, respaldados pela Constituição “cidadã”, vemos emergir diversas tipologias patrimoniais, que defendidas por diferentes grupos e setores da sociedade reivindicam um certo reconhecimento. A reflexão teórica tem ganhado fôlego e as contribuições metodológicas, impulsionada por critérios interdisciplinares (note-se que os programas de pós-graduação no Brasil, relacionados ao patrimônio cultural estão no comitê interdisciplinar da CAPES), tem permitido uma intensa reflexão sobre o patrimônio cultural no Brasil.

Para tanto, muito contribuiu os estudos que se realizaram sobre as instituições responsáveis pelos tombamentos em nível nacional, estadual, e quando existe, municipal. As revisões bibliográficas e a busca por inserir estas questões no contexto da narrativa histórica, favoreceu às nossas reflexões. Se por um lado as demandas sociais forçaram a esta revisão, também o estado, como organizador das políticas culturais relacionadas à preservação, aspirava um melhor conhecimento sobre a matéria. O tímido, mas consistente crescimento dos órgãos públicos de preservação, quando não sua multiplicação com a



implantação órgãos municipais; as exigências legais em processos de licenciamentos; e o estabelecimento de cursos de pós-graduação e linhas de pesquisas em políticas culturais de preservação, a conformação de novos objetos, sinalizam os avanços alcançados neste período.

No entanto é preciso destacar que, as questões que fundamentam o tema do patrimônio como identidade e memória ainda dão substrato aos programas políticos de preservação cultural, assim como, apesar das reivindicações para os reconhecimentos estarem difusas socialmente, atendendo à diversidade cultural, é marcante a alusão ao estado nacional como elemento central. Afinal, somos credores deste passado.

Do ponto de vista da cultura material, para delimitarmos uma categoria de patrimônio cultural, vemos serem alçados do esquecimento em que estavam relegadas, novas tipologias, que tem dado lugar a diferentes e interessantes abordagens sobre o patrimônio cultural. Alguns exemplos podem ser o patrimônio industrial, patrimônio agrário, as paisagens culturais e os bens de natureza material em relação com áreas de preservação natural. Dentre estes se destaca o chamado patrimônio hidráulico, tipologia em permanente diálogo com as enumeradas acima. Este patrimônio tem como elemento de diferenciação paisagística a água, tomada como marca distintiva como fator de identidade no território e na memória.

Desde o princípio dos tempos as sociedades humanas buscam o acesso à água, elemento essencial à própria sobrevivência. Sistemas de captação, condução e armazenamento da água; muros de contenções; diques; portos; pontes, estruturas hidráulicas que foram construídas e aperfeiçoadas ao longo da história. Quando deles não temos os registros textuais, nos chegam os vestígios materiais, deixando-nos entrever as formas em que se concretizam as relações entre os seres humanos e este recurso natural. A água é fonte de vida e de riqueza, elemento de abundância e de escassez dependendo da latitude, elemento essencial na paisagem; litúrgico e profano. Os corpos de água são fundamentais para as culturas humanas. Esta íntima relação entre sociedades e água, gerou um imenso repertório de estruturas, de caráter material e imaterial, ainda não plenamente estudado.

O patrimônio hidráulico nos coloca no limiar de uma relação extremamente complexa, entre a cultura e a natureza. A razão iluminista determinou um lugar para a natureza, distante da prodigiosa criatividade e laboriosidade humana. O que se pretendeu



preservar inicialmente, era justamente o fruto da arte e da técnica de uma humanidade que avançava inexoravelmente sobre uma natureza de inesgotáveis recursos. As estruturas hidráulicas na maioria das vezes expressam esta perspectiva de domínio da natureza, destacando-se como o mais importante elemento no contexto da paisagem cultural. Ao tema do patrimônio cultural se agrega, pois, o tema da água e das paisagens vinculadas ao patrimônio hidráulico.

Este patrimônio (hidráulico) é o que pretendemos destacar, trazendo à luz alguns vestígios materiais relacionados às atividades agrícolas desenvolvidas na região da bacia inferior do rio Paraíba do Sul, fora do contexto da economia canavieira e cafeeira, ao longo do século XIX e início do século XX, e seu eminente desaparecimento, sem um registro adequado.

O patrimônio hidráulico é uma tipologia que dialoga intensamente com outras manifestações culturais. Entendemos que os conhecimentos produzidos por meio da pesquisa histórica e da pesquisa arqueológica, que permitem o desenvolvimento de um campo convergente de reflexão, próprio do patrimônio cultural. Do meu ponto de vista, a história e a arqueologia, assim como outros campos do saber científico, devem ser considerados em uma perspectiva transdisciplinar, equivalente e compatível, permitindo uma intensa e constante interação com outras áreas do conhecimento. Utilizo o conceito de paisagem cultural, como elemento aglutinador e de diálogo entre estes campos, por acreditar que este permite um adequado aprofundamento da interdisciplinaridade.

ARQUEOLOGIA ESPACIAL/HIDRÁULICA

Os conhecimentos gerados pela arqueologia espacial (ou da paisagem, como preferem alguns autores) estão fundamentados, na compreensão da criação dos espaços rurais e dos processos produtivos inerentes a eles. Como desdobramento da arqueologia espacial, a chamada arqueologia hidráulica se define como o estudo das distintas estruturas arquitetônicas, elaboradas para disciplinar a água. Como marco inicial, surgiu como um instrumento que permitiu aceder ao desenho inicial de um sistema de irrigação onde se relacionava o conjunto de espaços camponeses: terras de pasto, terras de cultivo, assentamentos residenciais e todos os diferentes espaços no qual se incluem e, onde, se desenvolvem os diversos processos de trabalho camponês. Consideramos os princípios da



arqueologia hidráulica (Barceló, 1988: 195-196) favoráveis ao estudo dos artefatos de que trataremos nesta apresentação.

George Marsh (MARSH *apud* LOWENTHAL, 2010: 9), principal fonte da consciência conservativa nos Estados Unidos, já advertia na segunda metade do século XIX, sobre a necessidade de se dar mais importância à preservação de objetos relacionados à vida diária, em lugar dos monumentos da antiguidade, por exemplo. Defende a preservação das ferramentas usadas no campo, das oficinas, dos instrumentos domésticos, enfim, daquilo que está mais próximo dos enraizamentos culturais, impulsionando os ideais de conservação não só de vestígios da história, como também da natureza.

A arqueologia hidráulica, se insere no amplo contexto da arqueologia histórica, cujo objetivo é conhecer “através da cultura material, temas que a história, pelos seus próprios meios, não consegue acessar” (NAJJAR, 2005:18). No Brasil esta dá seus primeiros passos nos anos 1960, mas as pesquisas se centravam então em discussões sobre restauração dos monumentos, sobretudo os jesuítas. É somente nos anos 1990, com a consolidação dos cursos de pós-graduação no país que se desenvolve mais amplamente a arqueologia histórica.

É terminante destacar que, do ponto de vista da história e da arqueologia, os registros são desiguais, e o cotejamento se faz necessário para que os resultados da análise sejam consistentes. Os documentos textuais, próprios da história, nos oferece em geral, uma informação desigual e deformante (registros na maior parte das vezes, provenientes de um único grupo social, quase sempre a classe dominante). Além do mais se define como documentação voluntária, isto é sua escrita é intencional.

Os arqueólogos podem— e devem – dispor das fontes textuais, próprias do historiador, mas devem fazer uso destas a partir de uma metodologia própria à arqueologia, como nos adverte Najjar (2005: 16). Esta autora observa que durante décadas a arqueologia ficou confinada a um lugar subsidiário à história, tendo papel quase que ilustrativo, mas posteriormente com o avanço das pesquisas na área, revelou-se que “na cultura material estavam cristalizadas ideias e atitudes de modo mais objetivo que no suporte textual” (*ibidem*, 17). O arqueólogo não deve prescindir da história, e deve recorrer, equilibradamente às contribuições de uma e de outra área do conhecimento.

Já os registros arqueológicos, é a documentação que se encontra nos locais de trabalho, são os restos matérias dos meios de produção e explicam os processos de trabalho.



Contrapondo-se às fontes documentais, os registros arqueológicos compõe uma documentação involuntária, um legado que nos chega sem nenhum tipo de mediação. A cultura material é própria à arqueologia, vestígios de edificações, fragmentos cerâmicos, estruturas relacionadas à atividades produtivas, etc. Quem fala em arqueologia, fala em cultura material (BUCAILLE *et* PERSEZ: 1989:18).

A cultura material possui características que devem ser observadas: **coletividade** (ele nunca se refere a um indivíduo, sempre a uma coletividade); **não-acontecimento** ou **repetição** (concilia-se mal com fatos isolados, procura fatos que se repetem suficientemente para serem interpretados como hábitos e tradições); é um fenômeno da **infra-estrutura** (“estudar a cultura material significa atribuir uma importância casual, nos factos culturais, aos limites materiais que devem ter em conta” – p.23); os **objetos concretos** (estes que são transmitidos e alimentam com regularidade os campos da pesquisa) (BUCAILLE *et* PERSEZ: 1989:20-25).

Para a região que tratamos se evidencia a relativa escassez de estudos, tanto do ponto de vista da História, quanto do ponto de vista da Arqueologia. A historiografia regional se ocupa das áreas de maior visibilidade e das grandes estruturas agrárias escravocratas, pautada nos critérios econômicos (os grandes ciclos econômicos – açúcar e café). A pesquisa arqueológica foi até recentemente, displicente com os dados históricos, considerados secundários com relação à arqueologia pré-histórica. Apesar de, depois da Constituição de 1988, haver a exigência de estudos arqueológicos para os grandes empreendimentos, com a elaboração de EIA/RIMA, para as diferentes fases de execução de grandes empreendimentos (licenciamentos), persiste o problema da invisibilidade destas estruturas.

TIRANDO O MANTO DA INVISIBILIDADE

Em janeiro de 2009, foi realizado como parte de um projeto de pesquisa, um levantamento no arquivo do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN no Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar os registros sobre os sítios arqueológicos nos municípios de Cambuci, São Fidelis, Itaocara e Santo Antônio de Pádua. Dentre os documentos levantados se inclui o Relatório de Diagnóstico Arqueológico do AHE Barra do Pomba, realizado em 2008, pela HABTEC Engenharia Sanitária e Ambiental Ltda. Com base neste relatório foi realizado um trabalho de prospecção nos municípios supra citados,



em que se buscou percorrer a mesma rota descrita no relatório. O objetivo proposto para esta prospecção, era o de conhecer e documentar *in loco*, os dados registrados pelos pesquisadores, com fins de complementar um banco de dados (um mapa síntese) que vínhamos organizando no âmbito da *Officina de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA/UENF*, sobre os vestígios arqueológicos na região.

Seguindo nosso objetivo, realizamos visitas nas áreas que continham algum tipo de registro no mencionado relatório; para fins desta apresentação elegemos dois pontos, nos quais fomos surpreendidos no campo, com a identificação de ruínas e estruturas hidráulicas de grande significância relacionadas às atividades agrícolas e industriais. Percebemos nestes locais, que a presença de imponentes rodas d'água e de algumas estruturas de acondicionamento do rio, associadas a estas rodas d'águas não haviam sido adequadamente registrada nos relatórios examinados.

Esta região de que estamos tratando permaneceu até princípios do século XIX com uma população colonial bastante rarefeita e pouca ou nenhuma intervenção do poder colonial. Podemos afirmar que estava marcada ambientalmente por uma densa floresta e pela presença de grupos indígenas que mantinham algum contato com a população colonial¹. Mais ao leste, onde o rio Paraíba do Sul verte suas águas no Atlântico, na região da baixada campista, começa a se desenvolver a economia agro-açucareira, e mais ao oeste, a cafeicultura². Expressa entre estas duas áreas de intensa atividade econômica, a região objeto de nosso estudo teve um desenvolvimento vigoroso embora mais lento, baseado na produção de açúcar e café e cereais. Além dos produtos agrícolas, apreço ser que a principal produção desta região (São Fidelis – Itaocara) era a “de telhas, tijolos, louças de barro e tecidos de algodão grosso” (De PALAZZOLO, 1963:165). Alguns fornos cerâmicos coloniais, identificados em trabalhos de campo anteriores (TEIXEIRA, 2005), parecem ser os testemunhos materiais desta importante indústria ceramista.

¹ Esta população indígena trabalhava na derrubada da mata nativa, a serviço dos colonos e no transporte da madeira rio abaixo, principalmente no trecho encachoeirado próximo a São Fidelis.

² “Nesses cem anos de autonomia viveu São Fidélis surtos de grande prosperidade e fases de decadência. Colocada, pela sua posição geográfica, entre as serras e a planície, assistiu, nos primórdios da sua vida, ao encontro de duas grandes civilizações. Uma Paraíba acima, conduzida pela cultura da cana de açúcar, a outra, Paraíba abaixo, trazido pela cultura do café” (citado em De Palazzolo, 1963: 167) – Texto de Theodoro Gouveia Abreu, escrito no jornal *O Fidelense* por ocasião da comemoração do primeiro centenário de São Fidelis (05.março.1955)



ESPAÇO RURAL E RACIONALIDADE AGRÁRIA

Como já enunciamos, nosso objeto nesta apresentação, são as duas rodas d'águas e as estruturas associadas a estas, relacionadas às atividades agrícolas, que conformam o que chamamos de *espaço rural*. Entende-se como espaço rural, a articulação entre o assentamento humano e o conjunto de zonas onde tem lugar os processos de trabalho necessários para a sua reprodução social (BARCELÓ, 1988). No caso de sociedades estratificadas e organizadas politicamente entorno a um Estado centralizador, é necessário considerar que o objetivo da produção é superior à subsistência, e os processos de trabalho estão orientados à produção de excedentes. Relações sociais desiguais que se dão sobre um determinado espaço rural, produz desigualdades espaciais que podem ser arqueologicamente detectadas e são passíveis de explicações.

As estruturas em questão, parecem datar de finais do século XIX e/ou início do século XX, e estão relacionadas à uma certa atividade agrícola ainda pouco estudada. Entendemos que sua construção atende a uma racionalidade agrária, que deve ser entendida como um sistema composto de elementos técnicos – as formas de uso da água, o uso adequado dos instrumentos de trabalho, adequado às plantas que se deseja cultivar – e sociais – as relações de produção. No caso, trabalho compulsório/escravismo.

Entendemos que os elementos técnicos (estruturas arquitetônicas e morfologia espacial) são artefatos cujo estudo pode proporcionar informações de qualidade sobre os processos de trabalho manual e intelectual da atividade agrária, sobre o modo de vida nesta região neste período.

VALE INFERIOR DO RIO PARAÍBA DO SUL

O rio Paraíba do Sul possui destacada importância do ponto de vista histórico no Brasil, pois percorre e ao mesmo tempo delimita três importantes estados da região sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Com um percurso de relevo bastante acidentado, entre a Serra do Mar e a Mantiqueira, possui uma extensão de 1.137 km, sendo que sua bacia abrange uma área de 55.500 km², passando por um total de 180 municípios³. A população em torno a esta área chega a quase 5 milhões de habitantes, o que ocasiona inúmeros problemas como, o despejo de esgoto doméstico e as atividades industriais, agrícolas e de exploração de minério em toda sua extensão. Por isso mesmo, é um dos rios



mais poluídos do Brasil com graves problemas relacionados à qualidade da água e ao assoreamento (http://www.ceivap.org.br/bacia_1_2.php; 20/01/2011)

Para nós interessa uma região específica da bacia no Paraíba do Sul, a **bacia inferior**, que assim definimos: desde a confluência do rio Pomba, a altura de Santo Antônio de Pádua, até sua desembocadura no oceano Atlântico, em Atafona, município de São João da Barra. Se inclui neste trecho, os afluentes da margem direita e da margem esquerda, com suas sub-bacias.

Não é senão, até finais do século XVIII que esta área⁴ é efetivamente colonizada, como consequência do declínio na exploração do ouro nas Minas Gerais (LAMEGO, 1950). Até este momento esta região foi propositalmente mantida em condições desfavoráveis para sua ocupação, pelo governo português com fins a um maior controle da população; buscava manter a ligação entre as duas províncias em apenas uma única rota, evitando-se o descaminho e o contrabando (MERCADANTE, 1973: 23).

A política adotada pela coroa portuguesa de manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e abertura de atalhos, tinha por objetivo impedir que na linguagem da época se chamava “o descaminho do ouro”, isto é, o seu contrabando. Tal medida só foi anulada em 1805, quando as aluviões auríferas das Minas Gerais já estavam esgotadas (VALVERDE, 1958: 26)

Durante o período de exploração do ouro, até finais do século XVII, “o devassamento e conseqüente povoamento não provocaram a profundidade para os vales dos afluentes esquerdos do Paraíba” (MERCADANTE, 1973: 22).

De tal circunstancia resultaria conservar-se convizinha ao litoral fluminense, durante um século e meio, uma floresta virgem habitada apenas por índio e animais. A tira de selva, muito estreita nas mediações de Mar de Espanha, ia sempre alargando-se para o norte, até juntar-se à imensa floresta capixaba. Matas impenetráveis a estender-se por vales e montanhas, cobrindo os flancos e cumes das serras e formando uma barreira natural ao povoamento dos Sertões do Leste (*Ibidem.*, 22).

Com o declínio da mineração “toda a vasta zona dos municípios de Resende, Barra Mansa, Barra do Piraí, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Carmo, Pádua, Itaocara, Monte

³ Em Minas Gerais são 88 municípios, no Estado do Rio de Janeiro 53 e no estado de São Paulo 39 municípios.

⁴ Trata-se de uma área mais extensa que se inclui a Zona da Mata (médio Paraíba do Sul), chegando até a região do vale do rio Doce.



Verde, São Fidelis, cobriu-se de mineiros que, nos finais do século XVIII e começo do século XIX, abandonaram a mineração” (*Ibidem*,26).

A expansão para o interior, isto é, para o *sertão*⁵ da Província do Rio de Janeiro, nestes momentos, é resultado de um projeto econômico de consolidação da posse das terras, empreendido pela população, e incentivado pelo governo português com apoio da burguesia emergente. Os primeiros a chegar foram os missionários capuchinhos, com a incumbência de apaziguar (controlar e domesticar) os índios *tapuias* (purí e coropó), ao mesmo tempo que deviam recordar as normas de condutas da civilização aos poucos colonos que ali viviam, desassistidos pelo governo colonial, abandonados à própria sorte.

É no século XIX que começamos a conhecer melhor esta área, principalmente com os relatos dos cronistas e naturalistas que por aqui passaram. Através destes relatos é que podemos vir a conhecer melhor este território e sua gente (colonos e indígenas). Destacam-se nestas narrativas a impressão causada pela densa floresta; descrevem com evidente fascinação os trechos de selva ainda preservados. Burmeister aprecia o gigantismo das árvores y e a variedade de sons; reflete sobre a sua diminuta dimensão face a grandiosidade da natureza e da floresta, para ele comparável as mais imponentes catedrais da Europa. Em suas palavras, as florestas desta região são

De um lado, temos a natureza verdejante, frágil, graciosa e alegre, que atrai e encanta; de outro, a formação gigantesca, majestosa e serena, que nos enche de deslumbramento e contrição e que convida a meditações serias, como se entrássemos numa catedral gótica de impressionantes proporções. Não ha outro sentimento que se possa compara ao que se apossou de mim, ao atravessar e contemplar a selva brasileira, senão o que me invadiu quando, extasiado, admirei as catedrais de Colônia, Magdemburgo, Notre Dame ou Westminster. Se era a obra do homem que ai me impressionava pela sua perfeição e inspiração, era aqui a natureza viva, que, em sua atividade incessante, produz as maiores maravilhas concebidas pela imaginação humana (BURMEISTER1980: 171).

O memorialista Alberto Lamego, agrega outro fator à incipiente ocupação colonial até princípios do século XIX,

a impossibilidade de navegação foi o principal fator que fez permanecer o rio desconhecido desde a descoberta quinhentista da sua foz e durante o intenso povoamento de Campos a partir do seguinte século. Excetuada esta planície costeira e o médio e alto curso paulistas, com suas vilas

⁵ *Sertão* é como é comumente chamada às terras interiores no Brasil.



assentadas num caminho de Bandeiras, quedou-se o Paraíba incógnito até quase o alvorecer do século XVIII (...) (1950:310).

Tendo como referência a bacia inferior do rio Paraíba do Sul, assinalamos que a economia açucareira dava seus primeiros passos na planície aluvionar de *Campos dos Goitacases* e o café ainda não havia alcançado a porção inferior da bacia do Paraíba do Sul. Com o avanço do século XIX, estas duas áreas conhecem grande desenvolvimento econômico. Intensificam-se os desmatamentos para as novas lavouras, onde os índios serão os protagonistas.

Nas áreas desmatadas tem início o cultivo de café, açúcar e cereais, principalmente o arroz. Apesar da produção deste último ter sido significativa, nunca alcançou o êxito das áreas principais de produção. Ao final deste século, mais precisamente na década 1880, temos a crise da economia fluminense do café acentuada pela abolição da escravidão. Configuram-se novas relações campo-cidade, com uma migração massiva para esta última. A intervenção do Estado se fazia necessária para a diversificação da produção econômica (SANTOS e MENDONÇA, 1986). O Almanaque Alvarenga observa uma decadência não apenas dos produtos mais importantes do ponto de vista econômico, como o café, mas também na produção de cereais, especialmente o arroz

ARROZ. O município de Campos já cultivou arroz que sobrelevava de seu consumo para exportação, e hoje, ao inverso, importa quase que a totalidade do que necessita para consumo (ALVARENGA, 1881:99)

Para fins desta apresentação consideramos uma área delimitada pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul, compreendida entre Itaocara e Cambuci, em que se inclui a confluência do rio Pomba com este. Neste trecho de rio encontramos as duas rodas d'águas que são os objetos de nossa reflexão. Estas significativas estruturas hidráulicas se encontram hoje, completamente abandonadas e como já dissemos, embora uma delas seja citada nos relatórios arqueológicos que se produzem na área, como parte dos processos de licenciamento ambiental, não foram destacadas como objeto de interesse arqueológico ou histórico. Estas estruturas se vinculam a processos produtivos de menor visibilidade na região, do ponto de vista econômico, e seu desaparecimento certamente comprometerá a compressão adequada de sua importância e significado. A inobservância por parte do arqueólogo de seu real valor, expressa uma visão limitada da cultura material como fonte de pesquisa.



O reconhecimento destas estruturas como marcos paisagísticos poderia significar a preservação de um patrimônio hidráulico, até então abandonado e sua ressignificação, contribuir para o resgate da memória histórica.

AS RODAS D'ÁGUA: PATRIMÔNIO HIDRÁULICO E PAISAGEM

Fazenda Serraria - S 21° 62' 626", WO 42° 03' 356"

Trata-se de uma fazenda histórica, situada no município de Cambuci, datada do final do século XIX, situada na beira do Rio Paraíba. Estão plenamente visíveis as áreas relacionadas à atividade produtiva agrária, com o terreiro para secagem do café, uma caixa d'água, um galpão com engrenagens pertencentes a uma roda d'água e um tramo de estrada de ferro.

Segundo informações recolhidas no local, a roda d'água era movimentada por um canal artificial, aberto com trabalho escravo, que devia movimentar o "moinho", que movia uma serraria (para madeira). Servia também como moinho, propriamente dito, ao alambique e ainda produzia energia elétrica para a fazenda. A fazenda produzia principalmente café e arroz. A roda d'água servia para inundar os campos de arroz, que também contava com uma barragem.

A roda d'água já não estava em seu lugar original. As peças que compunham esta roda d'água estavam espalhadas no terreno, ao redor do galpão. Por dentro deste, o canal ainda circulava suas águas. A construção deste galpão pareceu-nos bastante recente, feita em alvenaria. Não vimos a casa principal, e fomos informados, embora não tenhamos tido permissão de ver, que numa elevação próxima se podia ver os restos construtivos do que deveu ser as senzalas.

Fazenda Quartéis - 21° 63' 625", WO 42° 06' 146"

Localizada no município de Cambuci, a fazenda Quartéis é também histórica, datada do final do século XIX. Está situada à beira do rio Pomba, muito próximo à sua desembocadura no rio Paraíba do Sul. Há algum caseiro de construção mais recente (século XX), uma bela caixa de d'água de ferro, semelhante às antigas caixas d'água associadas a ferrovias, com uma inscrição na estrutura de suporte com a data – 1920.

Ali também encontramos vestígios de uma unidade produtiva, que inclui uma roda d'água ainda instalada em seu lugar original. As informações colhidas no campo confirmam o uso da roda d'água como serraria, moinho, alambique, energia elétrica e



inundação dos campos de arroz. Esta também está instalada em um pequeno braço natural do rio Pomba. Este braço de rio forma à sua direita uma ilha onde, segundo nos informaram havia uma outra roda d'água, de menor tamanho destinada a inundar os campos de arroz que se encontram nesta ilha. Não há vestígios visíveis (não pudemos atravessar até a ilha). Há uma barragem de pedra no leito do braço de rio.

Outras estruturas

Na ocasião deste trabalho de campo, encontramos ainda algumas rodas d'água. Em Itaocara, município vizinho a Cambuci há uma destas rodas d'água junto à estrada, dentro do leito do rio. À ela não se associa nenhuma estrutura atualmente estando como que descolada no tempo e no espaço.

COMENTÁRIOS FINAIS

O objetivo desta apresentação é o de chamar a atenção sobre um tipo de patrimônio que em geral tem sido negligenciado, e visto como de importância menor. O patrimônio histórico relacionado à esfera do trabalho, o patrimônio agrário e o industrial, como exemplos, somente muito recentemente tornou-se objeto de interesse por parte dos pesquisadores voltados para o estudo da preservação cultural no Brasil. Nos países europeus, notadamente a Espanha, estes patrimônios têm sido identificados, registrados, estudados e preservados já a algumas décadas. Prevalece a ideia de que a melhor maneira de expressar a multiplicidade de identidade e as interações culturais, é valorizar o acervo cultural relacionado às comunidades, e relacionados às diferentes esferas de atuação social, principalmente aquela que se refere à reprodução social.

A água e os usos que se faz deste recurso é universal do ponto de vista das sociedades humanas. Como elemento essencial a vida humana (abastecimento e saneamento), como força motriz ou como forma de aliviar o esforço humano nas atividades laborais, como elemento recreativo ou artístico, a água na maior parte das vezes está associada a estruturas arquitetônicas e de engenharia, muito antes destas disciplinas existirem enquanto tal.

No século XIX, com a forte influência do pensamento progressista, as intervenções em ambientes aquáticos, como correções da natureza, acondicionamento de corpos de água ou como uso para atividades vinculadas a produção, ou como elemento a se evitar para



controle sanitário, a água foi, como ainda é nos nossos dias, um elemento presente na maioria das cidades e no campo.

As rodas d'águas aqui assinaladas passaram, de certo modo, desapercibidas ao olhar do especialista. Não foram consideradas suficientemente importantes, para evitar a inundação de uma área que, sem uma presença indígena marcante, ou na ausência de “monumentos” de maior “significado”, parece despossuído de um significado maior. As rodas e as demais estruturas, permaneceram invisíveis tanto como artefato arqueológico, quanto parte de um patrimônio histórico-cultural. E corre o risco de vir a desaparecer. Felizmente o projeto de instalação de uma PCH, ainda não teve fôlego suficiente para seguir em frente.

Referências Bibliográficas

- ALVARENGA, J. de. 1881. *Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade e Município de Campos*. Campos: Typographia do Monitor Campista.
- BARCELÓ, M. 1988. *Arqueología medieval - En las afueras del <<medievalismo>>*. Barcelona: Ed. Crítica.
- BUCAILLE, R et Pesez, J-M. 1989. “Cultura Material”. Em *Enciclopédia Einaudi (16) Homo-domesticação; cultura material*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BURMEISTER, H. 1980. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP.
- Feydit, J. 1900. *Subsídios para a História de Campos dos Goytacazes*. Campos: Thypographia a vapor de J. Alvarenga & Cia.
- LAMEGO, A. R. 1950. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lowenthal, D. 2010. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal.
- MERCADANTE, P. 1973. *Os sertões do Leste – Estudos de uma região: a Zona da Mata*. Rio de Janeiro: Zahar.
- NAJJAR, R. 2005. *Arqueologia Histórica: Manual*. Brasília: IPHAN.
- PALAZZOLO, J. del (Frei). 1063. *História da cidade de São Fidelis*. Rio de Janeiro: Convento dos Padres Capuchinos.
- SANTOS, A. M. et Mendonça, S. R. de. 1986. “Intervenção estatal e diversificação agrícola no Estado do Rio de Janeiro (1888/1914)”, Em *Revista do Rio de Janeiro*, 2, Niterói, jan./abr, pp. 7-17
- TEIXEIRA, S. 2005. “Notas sobre as estruturas tipo forno no noroeste fluminense”. Em *ANAIS do XIII Congresso da SAB - XIII/Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia - Arqueologia, Patrimônio e Turismo*. Campo Grande: Editora Oeste.
- VALVERDE, O. 1958. “Estudo regional da Zona da Mata, Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Geografia*, 1; ano 20; jan-mar; pp. 03-81.